

**DIÁLOGOS EXEQUÍVEIS ENTRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E  
OUTROS PARADIGMAS DA PSICOLOGIA SOCIAL**  
*DIÁLOGOS POSIBLES ENTRE REPRESENTACIONES SOCIALES Y OTROS  
PARADIGMAS DE LA PSICOLOGÍA SOCIAL*  
*POSSIBLE DIALOGUES BETWEEN THE SOCIAL REPRESENTATIONS  
THEORY AND OTHER PARADIGMS OF SOCIAL PSYCHOLOGY*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30184257>

**Vanessa Lima Blaudt<sup>1</sup> e Mary Rangel<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil

---

### Resumo

Na forma de ensaio, este artigo pretende refletir a respeito dos diálogos exequíveis entre a teoria das representações e outros paradigmas teóricos e metodológicos da psicologia social. Imerso nessa análise, adentra-se, em um primeiro momento, nas minúcias de encadeamentos pertinentes entre as representações sociais e os processos sociocognitivos investigados, atualmente, na perspectiva da cognição social. Suscitam-se estudos distintos que teorizam esses diálogos e arquitetam uma nova frente de pesquisa afinada à articulação entre o funcionamento cognitivo e as regulações sociais. As considerações finais corroboram as investigações apreendidas e discriminadas, no sentido de que tais entrecruzamentos não somente semeiam o aperfeiçoamento da teoria das representações sociais, mas também alcançam um domínio mais amplo, o da psicologia social. Outrossim, sugere-se o engajamento em pesquisas empíricas com o escopo de apreender o conhecimento de fenômenos psicossociais individuais e grupais.

**Palavras-chave:** representações sociais; cognição social; psicologia social.

### Resumen

En la forma de ensayo teórico, este artículo propone explorar los diálogos posibles entre la teoría de las representaciones y otros paradigmas teóricos y metodológicos de la psicología social. Este análisis busca focalizar, en un primer momento, las minucias de encadenamientos pertinentes entre las representaciones sociales y los procesos sociocognitivos investigados, actualmente, en la perspectiva de la cognición social. Se suscitan estudios distintos que teorizan esos diálogos y se plantea un nuevo frente de investigación afinado a la articulación entre el funcionamiento cognitivo y las regulaciones sociales. Las consideraciones finales corroboran las investigaciones incautadas y discriminadas, en el sentido de que tales entrecruzamientos no sólo siembran el perfeccionamiento de la teoría de las representaciones sociales, sino que también alcanzan un dominio más amplio, el de la psicología social. Además, se sugiere el compromiso en investigaciones empíricas con el alcance de aprehender el conocimiento de fenómenos psicosociales individuales y grupales.

**Palabras clave:** representaciones sociales; cognición social; psicología social.

### Abstract

As an essay, this article aims to reflect on the possible dialogues between the social representations theory and other theoretical and methodological paradigms of social psychology. In this analysis, at first, we approach the relevant connections' minutiae between social representations and socio-cognitive processes currently studied under the social cognition perspective. Different studies that theorize these dialogues are elicited, conceiving a new front in research tuned with the articulation between cognitive functioning and social regulations. The final considerations corroborate the apprehended and described investigations, since such intercrossing not only fosters the improvement of the social representations theory, but also reaches a broader field: the social psychology's. Furthermore, the engagement on empirical researches is suggested in order to comprehend the psychosocial phenomena of individuals and groups.

**Keywords:** social representations; social cognition; social psychology.

## Introdução

Os mais de 50 anos de presença das representações sociais no cenário acadêmico estampam a sua contribuição teórica e metodológica no interior de distintos domínios de pesquisas alusivos aos espaços sociais, principalmente. Moliner e Guimelli (2015), em seu livro *Les représentations sociales: fondements théoriques et développements récents*, adentram nas particularidades teóricas e no desenvolvimento contemporâneo da teoria das representações e reiteram que o êxito auferido por essa teoria, no campo nas ciências humanas e sociais, se justifica especialmente por sua versatilidade, suas orientações complementares advindas da psicologia social e seus avanços metodológicos conquistados nessas últimas cinco décadas, que nortearam a aplicabilidade desse referencial teórico no cenário acadêmico (Moliner & Guimelli, 2015).

A teoria das representações engendrou o desenvolvimento de um número respeitado de metodologias aplicáveis aos mais diversos objetos sociais. Moliner e Guimelli (2015) identificam quatro abordagens convenientes às investigações em representações: etnográficas, sociológicas, interculturais e experimentais.

Essa heterogeneidade metodológica se harmoniza com os quatro níveis de análises propostos por Doise (2002), elementares nas investigações em psicologia social, cujo objeto focaliza o entrelaçamento de explicações de ordem individual e societal. O primeiro nível, o intraindividual, especifica o modo pelo qual os indivíduos concebem o seu próprio ambiente, sistematizando as suas experiências. No segundo nível de análise, o interindividual, descrevem-se as interações vivenciadas pelos indivíduos inseridos em um dado ambiente. O terceiro nível, denominado posicional (Cabecinhas, 2004), interessa-se tanto pelas distintas posições assumidas pelos indivíduos no momento em que interagem em suas relações sociais quanto pela influência dessas posições no primeiro e no segundo nível de análise. Finalmente, o quarto nível de análise – o ideológico (Cabecinhas, 2004) – compreende o significado dos comportamentos motivados por produções culturais e ideológicas pertencentes aos grupos sociais (Doise, 2002).

Para fundamentar essa propositura, Doise (2002) investe no diálogo entre os inúmeros níveis teóricos de importância singular, no tocante à elucidação das análises centradas nos indivíduos e nos processos cognitivos que os atravessam e, igualmente, na realidade social repleta de interações. Essas duas esferas de análises, a despeito de uma tradição de tensões e

divergências, oportunizam, concomitantemente, a compreensão de avaliações, comportamentos, crenças, discursos, representações e normas que atravessam os fenômenos sociais complexos.

Sublinhando a importância de tais considerações, Doise (2002) destaca que as representações sociais, ao se constituírem parte da realidade social e a modularem, propiciam a edificação de uma psicologia societal imersa no diálogo entre os sistemas cognitivos no nível do indivíduo e as regulações sociais, porquanto incorporam diversos níveis de análises, facilitando articulações de níveis teóricos distintos.

Do que precede, é razoável conceber que a teoria das representações sociais, no transcurso de sua história e do seu notório aperfeiçoamento, se identifica como uma teoria do pensamento cotidiano, versátil e adaptável, que favoreceu a emergência de metodologias heterogêneas e, ainda, uma teoria idônea a articular numerosos níveis de análises difundidos nas esferas individual e social (Rateau, Moliner, Guimelli, & Abric, 2012).

A despeito dos elementos que asseveram a disseminação da teoria das representações, uma nova orientação para as pesquisas imbuídas desse referencial teórico emerge ainda no final da década de 1990. Não por acaso, a nova frente de pesquisa iniciou-se devido à publicação de duas pesquisas cujos resultados ratificaram a dialogicidade entre as representações sociais e outros paradigmas teóricos e metodológicos da psicologia social, especificamente, os processos estudados em cognição social (Rateau & Moliner, 2009).

Existe uma afinidade entre autores relativa a reprimendas ao fato de as pesquisas representacionais estarem se fechando em si mesmas, em inobservância aos seus diálogos manifestos com outra tendência em ascensão – a da cognição social (Moliner & Guimelli, 2015; Rateau & Moliner, 2009; Rateau, Moliner, Guimelli, & Abric, 2012). Valentim (2013), ao convergir com tal entendimento, pondera acerca da imperiosa necessidade de edificar um novo campo de pesquisa em representações que, de forma primordial, focalize os diálogos exequíveis entre as regulações sociais e o funcionamento cognitivo.

Diante desse panorama, Rateau et al. (2012) confiam que o aperfeiçoamento da teoria das representações se incumbe de coadunar as representações sociais e os processos sociocognitivos, mais especificamente, a atribuição causal, a categorização social e, finalmente, os estereótipos. Os autores embasam as suas orientações, doravante o escopo da dialogicidade, entre distintas esferas de

pesquisa no interior da psicologia social: engendrar compreensões mais complexas e menos superficiais dos problemas sociais (Rateau et al., 2012).

Este trabalho, de natureza teórica, objetivando aprofundar esse debate contemporâneo, introduz-se nas minúcias dos diálogos pertinentes às representações sociais e a outros paradigmas teóricos e metodológicos da psicologia social. A partir desse intuito, este ensaio se estrutura, além desta seção introdutória, da seguinte forma: na próxima seção, buscar-se-á identificar a convergência entre a teoria das representações e os iminentes fenômenos psicossociais investigados, atualmente, na perspectiva da cognição social. A terceira e última seção apresentará as considerações finais e a proposta para uma nova frente de pesquisa.

### **Representações sociais e processos sociocognitivos**

A dialogicidade no âmbito das representações sociais e da abordagem sociocognitiva – tópicos centrais à psicologia social – manteve-se, até há pouco, inexplorada e censurada, permanecendo essas disciplinas tradicionais estranhas umas às outras (Rateau & Moliner, 2009; Rateau et al., 2012). Na concepção de Rateau e Moliner (2009), a particularidade desse isolamento recíproco se situa nas percepções diferentes do social. Os defensores da cognição social vislumbram o conhecimento que floresce do meio social como o produto da concentração de processos cognitivos do indivíduo, negligenciando as relações sociais e a história dos grupos como determinismos importantes do social (Rateau et al., 2012).

Em uma tendência distinta, os defensores das representações sociais, no decurso de grande parte da sua história, sustentavam que os processos estudados no âmbito da cognição social se impregnavam de reducionismo, furtando-se da exploração dos fenômenos mais complexos, porquanto os métodos utilizados se mostravam simplistas e incapazes de auferir a influência da historicidade e das representações inerentes aos indivíduos. No entanto, confinadas nessa influência, as investigações representacionais guiadas, em muitos momentos, por abordagens qualitativas imprecisas mantiveram ausentes os processos cognitivos, substanciais nas explicações relativas às percepções e ao comportamento social (Rateau & Moliner, 2009; Rateau et al., 2012). Tais ausências, portanto, obscureciam investigações mais pormenorizadas do funcionamento psicossocial.

No final da década de 1990, as orientações que rechaçavam a harmonização dessas duas abordagens

alteraram a sua visão, oportunizando o florescimento de pesquisas que se desvencilharam das limitações das considerações teóricas. Esses trabalhos se alicerçaram na concepção segundo a qual a ligação entre a cognição social e representações sociais é recíproca (Rateau & Moliner, 2009).

Rateau et al. (2012) admitem que os processos intrínsecos à cognição social intervêm de forma significativa na elaboração das representações. Nesse sentido, o produto dos processos de atribuição causal, categorização social e estereótipos podem localizar-se nos conteúdos representacionais (Rateau & Moliner, 2009; Rateau et al., 2012). Simultaneamente, pode-se presumir que os processos estudados no domínio da cognição social são produzidos apoiados nas representações, e por elas sendo modulados. De forma simples, ao explicar fenômenos, categorizar, ou, ainda, julgar, os indivíduos recorrem às crenças coletivas (Rateau & Moliner, 2009; Rateau et al., 2012).

Explicando a natureza desse encadeamento, Rateau et al. (2012, pp. 17-18) precisam que “esta ligação reflexiva é o que unifica as representações sociais e os processos emocionais, identitários, de atribuição ou de influência social: as representações sociais explicam esses processos, bem como participam ativamente de seus modos próprios de operação”.

Ao defenderem a articulação entre o funcionamento cognitivo e as regulações sociais, Mendonça e Lima (2014) anunciam que as investigações em cognição social podem ser frutíferas para o aperfeiçoamento das representações no tocante à sua conceituação. De outra vertente, a teoria das representações sociais complementaria a cognição quanto à importância das ancoragens sociais. Os autores acrescentam que, apesar de discrepâncias teóricas, é forçoso o reconhecimento de que ambos os paradigmas carecem de perfeição, logo, devem aproximar-se e complementar um ao outro, para um entendimento mais minucioso do contexto social (Mendonça & Lima, 2014).

Valentim (2013) preocupa-se com o futuro da teoria das representações e alerta sobre a necessidade de “escapar à ingenuidade das filosofias sociais do consenso”. Dessa forma, o estudo em representações sociais, objetivando identificar representações consensuais, pode ilustrar essa ameaça. Assim, o estudo da interação entre regulações sociais e funcionamento cognitivo tem o escopo de enriquecer o campo representacional, principalmente quanto aos aspectos metodológicos.

Amparada por esses apontamentos, uma nova frente de pesquisa, imbuída de estudos sistemáticos

acerca dos encadeamentos entre representações sociais e processos sociocognitivos, demonstra o interesse de unificar e consolidar esses dois domínios de investigações no interior da psicologia social até então dissociados e de enriquecê-los mutuamente. Esse novo encaminhamento desenha a lapidação do desvelamento do funcionamento psicossociológico do indivíduo (Rateau & Moliner, 2009).

À guisa de disposição dos diferentes processos estudados interligando-se a abordagem da cognição social e a teoria das representações, esta seção enfocará o aprofundamento do debate acerca das pontes teóricas pertinentes aos paradigmas heterogêneos da psicologia social. Propõe-se elucidar essa problemática, permeada pelo seguinte intento: identificar os produtos sociocognitivos nas representações sociais e precisar quais são as premissas e os contextos sociais que podem avolumar ou atenuar a proeminência desses produtos na composição das representações.

### **Representações sociais e atribuição causal**

Concomitante à crescente simpatia dos psicossociólogos europeus pelo estudo do senso comum, aliado à teoria das representações, no transcurso da década de 1980, a teoria da atribuição causal tornava-se uma das vertentes centrais à psicologia social desenvolvida nos Estados Unidos (Hewstone, 2001).

A tradição da psicologia cognitiva focaliza os seres humanos e a maneira como elaboram percepções, avaliações e explicações concernentes aos seus comportamentos e desempenhos. As pesquisas, cujo objetivo focaliza a causalidade, destinam-se a conhecer as causas de um comportamento ou de um evento com o qual o indivíduo é confrontado (Heider, 1958 citado por Hewstone, 2001). Hewstone (2001) adiciona que os estudos do saber social, de seu conteúdo e de suas origens possuem o escopo de ampliar e potencializar a teoria da causalidade.

Jodelet (1984 citada por Moliner & Guimelli, 2015), ao conceber as representações como “*théories naïves*” (teorias ingênuas) do universo social, outorga-lhes as funções de descrição e explicação. Essa proposição ratifica a função explicativa da teoria das representações e a aproxima forçosamente dos processos de atribuição causal.

Doravante essas elucidações iniciais, emprestam, mais uma vez, as apreciações de Hewstone (2001), para quem, frente a esses encadeamentos, é reprovável o fato de ambas as teorias – representações e causalidade – terem caminhado em direções demasiado opostas e, portanto, independentes uma da outra.

O aprofundamento dos pontos de convergência dessas teorias pode ser realizado a partir das explicações de Moliner (2009), conforme as quais, em um primeiro momento, as duas correntes teóricas postulam a necessidade, inerente aos indivíduos, de arquitetar uma interpretação estável e coerente do ambiente que os envolve.

Além disso, o autor afirma que as teorias das representações e da atribuição são empregadas na ocasião em que o indivíduo se depara com a imprevisibilidade e o estranhamento de fenômenos inseridos no contexto social, tornando-o carente de referências (Moliner, 2009). Deschamps (2006) credita a esse episódio a posição de fomentador da produção de atribuições. Decerto, a finalidade das representações é tornar familiar algo não familiar. Noutras palavras, ambas vertentes teóricas representam os processos que objetivam encadear o novo ao já visto, o estranho ao familiar, o inesperado ao previsto (Moliner, 2009). Assim, de um lado, no processo de construção das representações, encontram-se os processos de ancoragem e objetivação e, de outro, nos processos de atribuição, propõem-se os sistemas das “inferências correspondentes” e da “covariação das causas e dos efeitos” (Moliner, 2009, p. 70). Em suma, as formas de construção da realidade descrevem o modo pelo qual os indivíduos elaboram um saber sobre o mundo.

Mais um ponto de convergência floresce: as duas teorias conduzem à aparição de cognições atinentes ao ambiente social. Trata-se de opiniões ou crenças no tocante às representações e de explicações em relação às atribuições. Essa anunciação compreende tanto as representações quanto as atribuições como um processo e um produto. Dessa forma, os defensores desses domínios de pesquisa propuseram elementos teóricos destinados à descrição dos produtos advindos desses processos. Com o intuito de ilustrar essa proposição, citam-se a teoria do núcleo central e suas especificidades quanto à estruturação das representações bem como a distinção entre causalidade interna e externa, ou seja, a diferenciação da atribuição à pessoa e à situação (Moliner, 2009).

Finalmente, alcança-se o último ponto em comum dos referenciais teóricos sob análise: a relação harmônica com pensamento cotidiano. As atribuições são um mecanismo idôneo para que o ser humano perceba os acontecimentos da vida, consoante uma estrutura causal (Hewstone, 2001). De maneira semelhante, mergulhada no interior da vida cotidiana, a teoria das representações focaliza a interpretação de episódios aos quais são conferidos significados que se manifestam do senso comum.

A despeito das semelhanças apreendidas, as representações e a causalidade se contrapõem em razão da natureza dos objetos, da temporalidade e da maneira como os processos se desdobram (Moliner, 2009). Primeiramente, pode-se afirmar que a teoria das representações alcança objetos diversos – cultura, educação, movimentos sociais, relações intergrupais, religião, saúde, sexualidade, teorias e disciplinas científicas, entre outros. As atribuições atingem apenas objetos inerentes aos indivíduos, tais como comportamentos e emoções. A segunda diferença remete à temporalidade. Isso significa que os processos representacionais são duradouros, esculpindo-se na história da sociedade; os da atribuição de causalidade, momentâneos. De forma mais esclarecedora, a produção de saberes por meio das atribuições é submetida às contingências situacionais que somente afetam, em princípio, um ator e um observador. Enfim, na terceira divergência, tem-se a construção das representações sociais permeada pela comunicação e interação; logo, esse processo se desenha interindividual e também intergrupos. Diversamente, a causalidade desdobra-se a partir de um processo intraindividual, embora estabelecida socialmente (Moliner, 2009).

Ao se embrenhar nos pormenores dos processos interindividuais e intraindividuais – específicos aos referenciais debatidos –, é possível achar uma maleabilidade nessa distinção. Isso porque, segundo Moliner (2009), a noção de consenso foi introduzida à causalidade (Kelley, 1967 citado por Moliner, 2009), o que corresponde à seguinte conjuntura: a legitimidade das atribuições une-se à percepção pelo indivíduo de um consenso assentado com outras pessoas sobre um determinado objeto (por exemplo: um comportamento). Sendo assim, o processo de atribuição causal estaria submetido a uma validação social. Do que precede, depreende-se que a coletividade ou os processos intraindividuais nela verificados atravessam as atribuições causais.

No tocante às representações, apresenta-se possível a inserção dos processos intraindividuais. Essa hipótese emerge do confronto de um grupo com um objeto sobre o qual não existe um conhecimento formalizado, diferente do estudo inaugural da teoria das representações, em 1961, que focalizou a psicanálise, portanto, um conhecimento já formalizado e existente. Nessa hipótese, acredita-se que, além da objetivação e da ancoragem no processo de construção das representações, seria necessário, para atenuar essa insuficiência de saber, integrar distintos processos sociocognitivos, ou processos intraindividuais (Moliner, 2009). A despeito de ser a teoria das representações sociais uma teoria do senso

comum, partilhada por uma coletividade, ela emerge, em um primeiro estágio, das singularidades de cada indivíduo.

Diante das inúmeras proposições concernentes ao diálogo entre a teoria das representações e os processos sociocognitivos das atribuições, Moliner (2009) outorga posição notável às representações intergrupos.

Em seu estudo a respeito das representações da doença mental, Jodelet (2005) constatou que os indivíduos de uma comunidade não se contentaram em elaborar uma nosografia ingênua, mas dispuseram de duas explicações concernentes à problemática investigada: a doença mental seria a consequência de um “choque emocional” ou de uma “degeneração do sangue” (Moliner & Guimelli, 2015, p. 94). Essa pesquisa e também investigações distintas – que serão oportunamente expostas (Moliner & Gutermann, 2004; Vinet & Moliner, 2006) – propõem que as representações sociais podem incorporar os elementos explicativos de fenômenos ou comportamentos sociais.

Na acepção de Moliner (2009), as representações intergrupos, ao se equivalerem como representações sociais, têm o escopo de compreender e explicar a realidade, além de permitir aos membros de um grupo justificar seus comportamentos positivos ou negativos em interações com grupos distintos. Ademais, essas representações antecipam as interações intergrupos, induzindo comportamentos.

Moliner (2009) afirma similarmente que, nas representações intergrupos, encontram-se as atribuições causais que permitem aos indivíduos explicarem comportamentos e emoções. Essa orientação se liga ao conceito de atribuição social, segundo o qual a explicação do comportamento de um indivíduo se faria a partir das particularidades associadas ao seu grupo de pertença.

Retomam-se aqui as duas pesquisas supracitadas objetivando clarificar a proposição já aventada: as representações sociais podem incorporar os elementos explicativos de fenômenos ou comportamentos sociais. O primeiro estudo foi realizado por Moliner e Gutermann (2004). A investigação focalizou os membros de uma instância local que realizam ações de prevenção à delinquência. Os resultados principais mostraram que determinados itens a respeito da pessoa desviante foram manifestadamente identificados como explicações. Outrossim, a pesquisa mostrou que a convivência frequente com indivíduos desviantes conduz à importância desses itens nas representações (Moliner, 2009).

Na segunda pesquisa, Vinet e Moliner (2006), ao se interessarem pelas representações intergrupos – homens *versus* mulheres –, propuseram aos sujeitos uma lista de 24 itens previamente identificados como femininos e masculinos. Entre as questões postas, os sujeitos deveriam escolher 12 itens capazes de explicar as atitudes de ambos os gêneros perante a vida. Os resultados mostraram que, diante de um alvo, certos itens são massivamente escolhidos. Eles mostraram também que existem consensos importantes entre sujeitos masculinos e femininos sobre esses itens. Por exemplo, homens e mulheres se unem para estimar que as atitudes das mulheres se explicam por sua “doçura/suavidade”, “sensibilidade” e “afetividade. Da mesma maneira, os participantes explicam as atitudes dos homens por sua “força”, “dominação” e “orgulho”. Mais uma vez, as representações inseridas em grupos distintos incluem as crenças explicativas, partilhadas pelos indivíduos e claramente identificadas como tais. De forma pontual, as representações intergrupos podem incluir as atribuições causais.

Adentrando-se em uma perspectiva diversa do diálogo entre os referenciais teóricos examinados, é aludido que o contexto social ou as representações que ali atravessam seriam suscetíveis de modular os processos de atribuição que se desdobram em uma dada situação (Moliner, 2009).

Assim é que, de acordo com a norma de *internalité*, as explicações internas, isto é, a atribuição à pessoa, legitimariam as práticas de avaliações e comportamentos. Essas explicações seriam competentes a potencializar a responsabilidade subjetiva dos indivíduos. Entretanto, Moliner (2000) comprovou que a norma de *internalité* se subordina às representações que os indivíduos constroem sobre as situações sociais que os permeiam. Essas situações se caracterizam por serem cooperativas ou competitivas, atrelando-se às orientações afetivas. Nessa lógica, concentrados em um processo de atribuição, intermediado por uma situação social afetivamente orientada, constata-se a ausência de explicações internas, em prol de uma complacência, ou seja, preferência pelas explicações internas para os eventos positivos e externas para os eventos negativos. Ao contrário, o viés de *internalité* acentua-se quando os sujeitos fazem as atribuições em uma situação competitiva imbuída de utilidade social. A interpretação da situação social determina, pois, a orientação do processo. Definitivamente, são os conhecimentos apoderados no contexto social que orientam as atribuições causais em ocorrências distintas (Moliner, 2000).

A explanação das duas pesquisas conduz a três proposições teóricas (Moliner, 2009; Moliner &

Guimelli, 2015). A primeira afirma que as representações sociais são o produto dos processos de atribuição. Nesse sentido, as atribuições, ao se constituírem em um processo sociocognitivo que integra a construção representacional, florescem no instante em que os indivíduos se deparam com eventos incompreensíveis. Ademais, a multiplicidade de atribuições individuais se transforma em atribuições coletivas, declarando a tendência dos indivíduos de favorecerem os saberes dominantes, os mais partilhados e aprovados por todos. Imersos nessa perspectiva, os processos de atribuição, ao integrarem as representações intergrupos, não apenas explicariam as condutas, mas também justificariam comportamentos.

Na segunda proposição, o processo de atribuição pode ser compreendido como uma atualização das explicações contidas nas representações sociais. Assim, ao se conceber as representações dotadas de construções que perduram no tempo e que se caracterizam por uma relativa estabilidade, é plausível afirmar que, sendo as atribuições mais pontuais e temporalmente momentâneas, as primeiras são o palco no qual a causalidade pode se manifestar. Com efeito, ter-se-ia aqui um observador que explicaria o comportamento de um ator baseado em crenças contidas nas representações dos grupos de pertença (Rateau & Moliner, 2009).

Enfim, a terceira proposição considera os processos e os conteúdos independentes e, portanto, suscetíveis de interagir em uma situação determinada. Desse modo, as representações sociais satisfazem uma função fundamental nos processos de atribuição: determinar as lógicas de ação.

### **Representações sociais, categorização social e estereótipos**

O debate centrado no encadeamento entre representações sociais, categorização social e estereótipos se interessa por uma compreensão mais satisfatória dos processos psicológicos e sociais pelos quais se torna possível a atenuação da complexidade que envolve os seres humanos. O ordenamento do mundo constitui-se em um dos processos imprescindíveis estudados pela psicologia social (Semin, 2001).

A leitura de Rateau e Moliner (2009) ensina que o diálogo teórico entre os processos representacionais e categoriais é focalizado por distintos autores e investigações experimentais. No entanto, os autores alertam que os estudos interligando, mais especificamente, os estereótipos – produto da categorização social – às representações sociais

carecem de resultados sistematizados (Rateau & Moliner, 2009).

#### Representações sociais e categorização

Vinculada ao prisma das relações intergrupos, a categorização proveio do campo da psicologia cognitiva (Vidal & Poizat, 2009). Tajfel (1972 citado por Vidal & Poizat, 2009) definiu a categorização como um conjunto de processos psicológicos hábeis a ordenar o ambiente em termos de categorias, segundo critérios relativamente estáveis. Stangor (2012) preceitua que, ao se pensar a respeito dos indivíduos e dos seus grupos de pertença, alcança-se a categorização social, conceituada como um processo cognitivo no qual são acomodados os indivíduos em grupos sociais, classificando-os. O processo categorial simplifica a identificação do indivíduo como membro de grupos sociais ao assimilar as especialidades comuns e, decerto, partilhadas.

As relações entre representações sociais e categorização desenham-se, em um primeiro momento, diante das minúcias teóricas. Os processos representacionais e categoriais permitem aos indivíduos engendrarem uma imagem do meio ambiente que os circunda. Guimelli (1999) explica essa convergência a partir desta percepção: se a realidade é a todo momento representada e, também, constituída, o meio pelo qual se discrimina o ambiente, categorizando-o e harmonizando suas entidades (comportamentos, ideias, objetos, entre outras), revela-se singular à sobrevivência de indivíduos ou grupos sociais.

Outrossim, tais referenciais teóricos se aproximam no tocante ao princípio da economia cognitiva (Vidal & Poizat, 2009). Isso significa que representar e categorizar os eventos do mundo permite simplificar o ambiente, reduzindo suas infinitas diferenças e, ao mesmo tempo, conservar somente informações pertinentes aos propósitos dos atores sociais.

Os conhecimentos adquiridos por intermédio dos processos representacionais ou categoriais desempenham um papel primordial na compreensão do ambiente social (Vidal & Poizat, 2009). Tem-se a representação como o produto e o processo de uma atividade mental, intrínseca ao indivíduo ou a um grupo que reconstitui a realidade com a qual é confrontado. Da mesma maneira, a categorização é um mecanismo de interpretação, de organização do real do qual as categorias são consequências. Essa organização psicológica e social ilustra a arquitetura de um conteúdo, uma informação, um evento novo (Vidal & Poizat, 2009). Enfim, ambos os processos se furtam da posição de meras atividades reflexivas,

instituindo-se como edificadores e organizadores do ambiente social.

A despeito da simetria teórica auferida e da legitimidade dessa aproximação, Semin (2001, p. 209) previne que a categorização social difere da teoria das representações de forma característica, “pelo fato de que seu centro de interesse se dirige à natureza e às funções das estruturas e dos processos cognitivos internos”, em vez de analisar os processos sociais e as estruturas conteudinais.

Adentrando-se na disposição de tais processos, encontram-se, de um lado, afirmações assentadas na ideia de que a categorização se inclui no processo representacional. Nessa perspectiva, a representação ausentar-se-ia do sistema categorial. Por outro lado, o fenômeno da categorização é entendido como um meio de organizar os elementos das representações sociais que auxilia na explicação da coexistência de crenças heterogêneas. Vidal e Poizat (2009) não deixam de precisar que os processos categoriais podem ser um componente da representação social, mas também podem ser independentes.

#### Representações sociais e estereótipos

As concepções de representações sociais e estereótipos, na acepção de Vidal e Poizat (2009), entrecruzam-se, em um primeiro momento, ao retomarem as crenças coletivas, produzidas e partilhadas por membros de um mesmo grupo. Stangor (2012) explica que os estereótipos incorporam crenças positivas ou negativas que se tem a respeito das particularidades dos grupos sociais e orientam as ações direcionadas às pessoas pertencentes a esses grupos. Afirma-se, pois, que tanto a teoria das representações quanto os estereótipos participam da compreensão do ambiente social e da regulação das representações intergrupos. Além dessas similaridades, tem-se que as duas noções correspondem aos fenômenos que se caracterizam pela sua grande estabilidade (Vidal & Poizat, 2009).

Contudo, não somente as semelhanças permeiam essas duas noções. Vidal e Poizat (2009) identificam algumas características divergentes. A primeira concerne ao tipo de objeto aos quais se referem os processos, ou seja, enquanto os estereótipos são crenças relativas aos grupos sociais, as representações abrangem objetos sociais múltiplos. Um segundo ponto de desarmonia teórica alcança o fato de as representações sociais incorporarem, além de esferas de opiniões, esferas estruturadas, propiciadas pela abordagem estrutural que fornece aos pesquisadores

representacionais uma estrutura conceitual para apreensão das representações estabilizadas, nas quais se inserem crenças centrais e periféricas (Rateau et al., 2012). Diversamente, os estereótipos apresentam-se como processos mais simples e carentes de um aprofundamento teórico que desvele o papel desempenhado por seus traços constitutivos (Vidal & Poizat, 2009).

Doravante as semelhanças e dissemelhanças apreendidas, possibilidades de aproximação e os seus efeitos atravessam, nomeadamente, os “elementos de resposta” (Vidal & Poizat, 2009, p. 18). Moscovici (1978) analisa o diálogo entre representações e estereótipos a partir do pensamento classificatório, que transformaria as concepções psicanalíticas em categorias de linguagem e, posteriormente, em categorias sociais. Esse processo, segundo o autor, far-se-ia por intermédio dos estereótipos e permitiria legitimar julgamentos e discriminações a partir do sistema de classificação da psicanálise. De forma simples, pode-se dizer que as representações determinariam um sistema de categorias sociais, propiciando, assim, um fenômeno de estereotipização. Imersos nessa perspectiva, os estereótipos constituir-se-iam como uma consequência do processo representacional (Vidal & Poizat, 2009). Mas Moscovici (1978) mostra também uma relação inversa: os estereótipos, preexistentes às representações, determinariam certos aspectos das últimas.

Deschamps (1973 citado por Vidal & Poizat, 2009) afirma que os estereótipos podem ser definidos por uma característica atribuída a um grupo social. Nessa perspectiva, então, o processo de categorização social é a origem dos elementos constitutivos dos estereótipos e as representações reduzem-se às representações intergrupos. De outra forma, o conteúdo das representações intergrupos corresponde aos elementos estereotipados oriundos do processo de categorização social.

Vidal e Poizat (2009), cientes de que as pesquisas no domínio da teoria das representações carecem de referências aos estereótipos, propõem, apoiados em Moscovici (1978), que os estereótipos, associados a um processo de categorização social, seriam uma consequência do processo representacional.

### **Novos diálogos entre representações, categorização e estereótipos**

O que se descreveu até aqui consiste em especificidades teóricas concernentes a três abordagens de pesquisa. Conforme assinalado anteriormente, essa

aproximação desvela semelhanças e dessemelhanças hábeis a nortear investigações mais amplas e pormenorizadas em termos psicológico e social.

No que se refere a essa interligação, depreende-se que a categorização social é parte integrante do processo representacional e, portanto, participa da formação dos conteúdos, ou produtos, representacionais identificados. Para Moliner (1997), o mecanismo facultado pela teoria das representações realiza a conexão de múltiplos processos sociocognitivos elementares, objetivando construir uma realidade social coerente para o indivíduo. O processo categorial, imerso no interior representacional, contribui sobremaneira para a formação de categorias nos conteúdos das representações.

Vidal e Poizat (2009) acrescentam que a categorização social exerce, por essência, uma função de classificação, cujo produto – as categorias – fomenta a leitura que os seres humanos fazem do ambiente que os envolve, por intermédio das representações sociais. Ao se conferir à teoria das representações a sua complexidade intrínseca principalmente na justificação de condutas e na orientação de comportamentos, abre-se espaço para a integração de processos simples, tais como a categorização, como forma de potencializar as suas funções. Ao se acolher a ideia segundo a qual o processo representacional abarca o processo de categorização, apreende-se o sistema de categorias originado como um produto parcial das representações. Assim, a categorização, enquanto produto parcial das representações ou das representações intergrupos, conduz ao florescimento de categorias sociais, sobre as quais se apoiam julgamentos e ações.

Os estereótipos, enquanto produtos da categorização de pessoas, poderiam ser então igualmente apreendidos como produto parcial das representações sociais. De fato, sobre um plano teórico, os estereótipos não permanecem, indubitavelmente, estranhos às representações sociais, ainda que, em grande parte das pesquisas, sua ação subjacente não seja levada em consideração (Vidal & Poizat, 2009).

No entanto, um número irrisório de pesquisas empíricas clarificou a natureza dessas interações, disposta em três proposições (Vidal & Poizat, 2009). A primeira remete à ideia de que a elaboração e a transmissão das representações de objetos sociais são parcialmente determinadas pela ação dos estereótipos. Os estudos mais recentes, ao focalizarem a cronologia dessas associações, sugerem que os estereótipos são definitivamente anteriores às representações sociais, envolvendo-se, dessa maneira, nas construções representacionais, modulando-as, como afirmam

Mariotti (2001) e Deschamps e Guimelli (2002), citados por Vidal e Poizat (2009). Destaca-se, entretanto, que essas investigações carecem de aprofundamentos metodológicos no tocante à ratificação desses encadeamentos em distintos domínios de pesquisa.

Na segunda proposição, relativa à natureza das ligações entre fenômenos representacionais e categoriais, depara-se com a seguinte afirmação: determinados elementos de uma representação podem desempenhar o papel de fenômenos estereotipados de uma categoria de pessoas (Vidal & Poizat, 2009). Retornando à pesquisa de Jodelet (2005) acerca da doença mental, observa-se que os indivíduos dispuseram de uma teoria organizada em torno de duas noções-chave: a doença dos nervos e a doença do cérebro. No interior dessas duas grandes famílias, os sujeitos distinguiram os tipos de doentes, tais como os “inocentes” e o “louco mental”. Nessa investigação, é notória a passagem de uma categoria de fenômeno (a doença) a uma categoria de pessoas (os doentes). Mas se constata igualmente que a citação de um indivíduo de uma categoria se faz pelo reconhecimento de certos indicadores. Assim, o louco mental poderá se reconhecer pela “maldade” que transparece em seu olhar. Com efeito, a “perturbação nervosa” é considerada uma das causas da doença. Trata-se, aqui, das representações alusivas a um objeto, que inspira o sistema de categorias, que se baseia em elementos estereotipados (Vidal & Poizat, 2009).

Finalmente, a natureza desse diálogo atravessa as representações intergrupos, que se situam na fronteira entre os domínios representacionais e categoriais (Vidal & Poizat, 2009). No entanto, chama-se atenção para o fato de a maior parte dos trabalhos que focalizam as relações dos grupos privilegiar um ou outro referencial teórico, afastando-os por conseguinte. De um lado, os trabalhos que privilegiam o domínio da categorização social se concentram sobre os processos cognitivos que contribuem para a elaboração das representações intergrupos. Por outro lado, explicam Vidal e Poizat (2009), os autores que focalizam o quadro da teoria das representações se inclinam sobre os conteúdos das representações intergrupos, negligenciando a participação dos processos categoriais – e, portanto, dos estereótipos – suscetíveis de intervir em sua construção. Conforme essa visão, as representações intergrupos e as representações sociais constituem-se a partir dos clássicos processos de ancoragem e objetivação.

Em um trabalho inovador, Moliner e Vidal (2003) abordaram a questão das relações entre os estereótipos e o núcleo central de uma representação e evidenciaram que os elementos estereotipados de uma

categoria de pessoas se instituem como os elementos centrais da representação do grupo, ainda que os elementos centrais não sejam sempre estereotipados. Os autores relacionaram, assim, os elementos de uma representação intergrupo aos elementos estereotipados da categorização de tal grupo. Imersos nessa perspectiva, Vidal e Poizat (2009) concluem que os elementos centrais da representação se identificam como os elementos estereotipados da categorização social ou, em outros termos, que o núcleo representacional é constituído de um estereótipo.

### **Considerações finais: propostas para uma nova frente de pesquisa**

Neste ensaio teórico, intentou-se elucidar alguns caminhos eventuais no tocante às regulações sociais e ao funcionamento cognitivo, orientando reflexões emergentes. Assume-se, portanto, que os estudos contemporâneos permeados por esse diálogo não somente semeiam o aperfeiçoamento da teoria das representações sociais, mas alcançam um domínio mais amplo, o da psicologia social.

Nas investigações centradas na interface do psicológico e do social, os processos sociocognitivos, por este ensaio pormenorizados, ao se depararem com a complexidade dos mecanismos representacionais, a eles se associam, intrometendo-se na edificação, na modulação das representações, que, embora coletivas, são parcialmente oriundas dos indivíduos. Outrossim, as causas de um comportamento, as categorias definidas de um objeto engendradas diante da manutenção de homogeneidade e identidade de um grupo social bem como as crenças positivas ou negativas direcionadas também a um grupo se alicerçam nas representações que permeiam o cotidiano.

Nesta conclusão – e introdução – desse percurso inovador, foram estabelecidas algumas proposições para pesquisas futuras. A primeira desenha-se a partir da articulação das relações intergrupos e das representações sociais. Essa análise se acomoda no impacto de construções psicossociais direcionadas aos grupos de pertença dos indivíduos, fazendo emergir categorias estereotipadas – e identitárias – intergrupos. Na segunda propositura, alcança-se a imperiosa necessidade de implementar tais constructos empiricamente. Em seguida, a terceira proposta sugere a inserção da teoria do núcleo central das representações e a sua qualidade ímpar nas investigações das estruturas representacionais, central e periférica, a fim de unificar os processos de categorização e estereotipia e as representações intergrupos.

A despeito de esses encadeamentos aparentarem certa interdependência, é imperioso atentar para as especificidades – de cada um dos domínios teóricos aludidos – que transcendem uma inocente aproximação de conceitos. Isso porque, para um diálogo exequível e hábil a permear resultados realísticos, os eventuais afastamentos entre os distintos campos de pesquisa necessitam de uma original e coerente articulação teórica e o engajamento em pesquisas empíricas, com o escopo de apreender os fenômenos psicossociais individuais e grupais. Nesse sentido, aprofundar o que cada disciplina propõe na sua singularidade se desvela basilar no futuro dessas pontes teóricas.

## Referências

- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.
- Deschamps, J.-C. (2006). Au-delà des théories classiques de l'attribution. In J.-C. Deschamps & J.-L. Beauvois (Orgs.), *Des attitudes aux attributions* (pp. 237-260). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Guimelli, C. (1999). *La pensée sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Hewstone, M. (2001). Representações sociais e causalidade. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 217-240). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mendonça, A. P. & Lima, M. E. (2014). Representações sociais e cognição social. *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 191-206.
- Moliner, P. & Gutermann, M. (2004). Dynamique des descriptions et des explications dans une représentation sociale. *Pappers on Social Representations*, 13, 1-12.
- Moliner, P. & Vidal, J. (2003). Stéréotype de la catégorie et noyau de la représentation sociale. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 16(1), 157-175.
- Moliner, P. (1997). Représentation et cognition sociale. In J. Leyens & J. Beauvois (Orgs.), *L'ère de la cognition* (pp. 273-288). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Moliner, P. (2009). Attribution causale et représentations sociales. In P. Rateau & P. Moliner (Orgs.), *Représentations sociales et processus sociocognitifs* (pp. 69-84). Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes.
- Moliner, P. & Guimelli, C. (2015). *Les représentations sociales: fondements théoriques et développements récents*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rateau, P. & Moliner, P. (2009). *Représentations sociales et processus sociocognitifs*. Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes.
- Rateau, P., Moliner, P., Guimelli, C., & Abric, J.-C. (2012). Teoria da representação social. In P. Van Lange, A. W. Kroganski, & E. T. Higgins (Orgs.), *Handbook of theories of social psychology* (pp. 477-497, v. 2). London: Sage.
- Semin, G. (2001). Protótipos e representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 205-216). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Stangor, C. (2012). *Social psychology principles*. New York: Flat World Knowledge.
- Valentim, J. P. (2013). Que futuro para as representações sociais? *Psicologia e Saber Social*, 2(2), 158-166.
- Vidal, J. & Poizat, A. B. (2009). De l'exploration de liens entre représentation sociale, catégorisation et stéréotype. In P. Rateau & P. Moliner (Orgs.), *Représentations sociales et processus sociocognitifs* (pp. 13-30). Rennes, FR: Presses Universitaires de Rennes.
- Vinet, E. & Moliner, P. (2006). Asymétries de la fonction explicative des représentations intergroupes hommes/femmes. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 69(1)47-57.

**Agência de fomento:** o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Número do Processo: 1742990

Submissão em: 19/08/2017

Aceite em: 11/09/2018

*Vanessa Lima Blaudt* é doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

Endereço: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Pós-Graduação em Educação. Niterói, RJ. CEP 24210-201.

<https://orcid.org/0000-0002-3917-5399>

Email: [valb.edfisica@gmail.com](mailto:valb.edfisica@gmail.com)

*Mary Rangel* é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e estágio pós-doutoral em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora Nível 1D do CNPq. Professora da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<http://orcid.org/0000-0003-3834-942X>

Email: [mary.rangel@lasalle.org.br](mailto:mary.rangel@lasalle.org.br)